



Prefeitura Municipal de Canguçu  
Estado do Rio Grande do Sul

**PORTARIA Nº 077/2018**

**“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**CLEDEMIR GONÇALVES**, Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, Lei 2239/2003 e lei 3045/2008;

**RESOLVE:**

- ART. 1º** - Determinar a abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos relatados na Sindicância Investigativa instaurada pela Portaria 305/2017 de 02.10.2017, envolvendo o Secretário Municipal de Infraestrutura Rural **JOÃO NILSON DA SILVA COUTINHO**, conforme relatório apresentado pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, parte integrante desta portaria, na forma de anexos, que propõe apurar irregularidades relacionadas a falta de controle dos serviços prestados pelos servidores na zona rural e a possível situação de desvio de função pelos ocupantes do cargo de motorista Marcelo Bezerra Meskó, a comissão deverá apurar também possível irregularidade na sistemática de controle da Folha Ponto dos servidores lotados naquela secretaria, quando da concessão de diárias 1 e 2, portanto, verificar suposta infração aos inciso VII do artigo 169 e inciso XVIII do artigo 170, portanto, sujeito as penalidades previstas nos incisos do artigo 174 da Lei 2239/2003 .
- ART. 2º** - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.
- ART. 3º** - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 276/2017, de 06.09.2017, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **MAÍRA SOARES CAMACHO GUILAYN**, Advogada, matrícula nº 50162-0, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, a qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

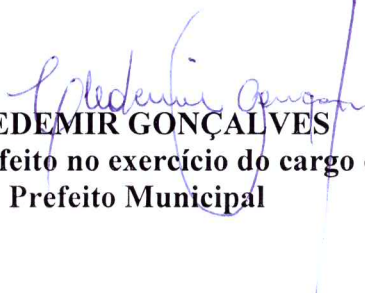
*Ray A*



Prefeitura Municipal de Canguçu  
Estado do Rio Grande do Sul

**ART. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
CANGUÇU/RS, 09 DE MARÇO DE 2018.

  
**CLEDEMIR GONÇALVES**  
Vice-Prefeito no exercício do cargo de  
Prefeito Municipal

  
**Registre-se e Publique-se**

**ELIEZER JORGE TIMM**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Pág. 2  






**SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA**  
**RELATÓRIO DA COMISSÃO**

Senhor Prefeito Municipal,

A Comissão de Processo e Sindicância Administrativa designada para apurar os fatos apontados na Portaria nº 305/2017, envolvendo denúncia realizada pelo canal de ouvidoria municipal, a qual citou os servidores Marcelo Mesko e Marcos Souza, relatando o recebimento indevido de diárias para o interior, tendo ultimado a colheita de provas, com a oitiva de testemunhas e com a análise documental, por integração à Lei nº 3.045/08, vem apresentar o relatório final nos termos a seguir expostos:

**PRELIMINARMENTE**

O processo transcorreu regularmente, não havendo incidentes ou nulidades. Com efeito, observo que o prazo inicial expirou, todavia a de se considerar a complexidade do feito e a jurisprudência acerca do assunto, especialmente emanada do Supremo Tribunal Federal – STF, entende que o processo administrativo/sindicância pode ultrapassar o prazo, acarretando unicamente como efeito a cessação de eventual concessão de liminar nele deferida.

**DOS FATOS APURADOS E DA PROVA**

A denúncia realizada perante a Ouvidoria Municipal informou irregularidades no cumprimento da jornada dos funcionários Marcelo Mesko e Marcos Souza, ambos lotados na Secretaria de Infraestrutura Rural. A denúncia, fl.4, apontou que os funcionários estariam recebendo diária "1" e "2" de forma indevida, pois não estariam prestando serviços no interior.

Devido às peculiaridades do Município de Canguçu, o qual possui cinco distritos e uma grande malha rodoviária de estradas rurais, foi instituído por lei o pagamento de diárias diferenciadas para aqueles que trabalham no interior. Necessário indicar que na Secretaria de Infraestrutura Rural existe o pagamento de dois tipos de diárias: D1 no valor de R\$36,87, paga para o servidor que pernoita, "acampa", no interior e a D2 no valor de R\$20,11, paga para o servidor que passa o dia, durante o sua jornada de trabalho, no interior, sem pernoitar.

Pag 3  
9



Na presente sindicância foram colhidos os depoimentos do Secretário de Infra Estrutura Rural Joao Nilson (fls. 8 e 61), do servidor Marcelo Mesko (fl.54), do servidor Marcos Souza (fl.58) e do ocupante de cargo em comissão Odelmo Pieper (fl.56).

Do mesmo modo, nas fls 36/51 houve a juntada das folhas pontos e dos memorandos solicitando o pagamento de diárias rurais relacionados aos servidores supra mencionados.

Inicialmente, em relação ao pagamento de diárias de forma indevida para os servidores Marcelo Mesko e Marcos Souza, diante da prova documental, entendo que não foi possível vislumbrar a irregularidade denunciada. Isso porque as folhas pontos estão preenchidas corretamente, estando assinadas pelo Secretário Municipal, sendo que as jornadas conferem com os memorandos que determinam o pagamento de diárias.

Desse modo, não foi possível visualizar, formalmente, recebimento indevido de diárias D1 e D2 pelos servidores Marcelo Mesko e Marcos Jardel Souza, sendo que o Secretário João Nilson e o cargo em comissão Odelmo confirmaram que os funcionários realizavam serviços no interior, de forma que o pagamento das diárias foi correto.

Todavia, da análise do conjunto probatório, concluímos que alguns aspectos demonstram a necessidade de um controle mais rígido e documentado sobre o pagamento de diárias na Secretaria de Infraestrutura Rural.

Pela análise dos depoimentos, especialmente do próprio Secretário João Nilson, foi possível verificar que existe uma deficiência no acompanhamento das jornadas dos servidores da Secretaria de Infraestrutura Rural. O que se percebe é um completo desregramento, parecendo que os servidores controlam suas próprias jornadas e atos, sem que haja uma chefia organizada e capaz de ordenar e distribuir o trabalho a ser realizado pela Secretaria no interior do Município.

O Secretário Joao Nilson, no seu depoimento constante na fl. 8, assumiu, expressamente, que não possui condições de realizar controle das folhas pontos, transferindo essa responsabilidade para os Administradores das Estradas, porém de uma forma precária, sem que haja qualquer comprometimento com a legalidade dos pagamentos.

Do mesmo modo, o servidor Marcelo Mesko, na fl. 54, explicitou que o próprio funcionário preenche a folha ponto, o que também foi corroborado pelo depoimento do servidor Marcos na fl. 58.

fls. 4  
4



O que se percebeu é que não existe uma divisão de trabalho conforme a necessidade de serviço, já que os "acampamentos" existem de forma contínua, sem que se verifique a indispensabilidade do deslocamento dos servidores, de forma que o Secretário não tem qualquer controle sobre quem vai para o interior, por quanto tempo e quais tarefas vão ser desempenhadas.

O sistema de trabalho para o interior deve ser questionado e, se for o caso, reestruturado para reduzir os gastos públicos e melhor atender a população, pois o gestor não pode ficar a mercê da vontade do funcionalismo sem ter controle, rígido, sobre o cumprimento das funções e da jornada de trabalho de cada servidor.

À título de exemplo, observa-se que o funcionário Odelmo, fl. 56, indicou que alguns funcionários como Marcelo lhe acompanhavam para o interior, e, portanto, recebiam diárias, todavia, não há nenhum registro escrito, digo relatório, sobre o que era realizado no interior, qual o trabalho efetivamente desempenhado. Ademais, verificou-se que não há nenhum registro sobre quanto tempo o servidor fica no interior durante a sua jornada para o recebimento de D1 ou D2.

Salienta-se que para o recebimento de uma diária comum intermunicipal, o funcionário precisa comprovar o seu deslocamento e alimentação perante a Secretaria da Fazenda, todavia, em relação às diárias D1 e D2 não há qualquer exigência de comprovação ou justificativa, o que torna o instituto frágil e passível de enganos e negociações que não conferem com a realidade fática da jornada de trabalho, na medida em que não existem registros das funções efetivamente desenvolvidas no interior.

Na Administração Pública vigora o princípio da legalidade, bem como o princípio da moralidade para complementá-lo. Nesses termos, o princípio da moralidade está intrinsecamente ligado à ética, probidade, boa-fé e principalmente à honestidade. Sendo assim, é cristalino que mesmo agindo dentro da legalidade, o administrador público pode estar violando o princípio da moralidade.

Desse modo, em que pese exista memorando da Secretaria solicitando o pagamento de diárias ao setor de Recursos Humanos, esta comissão entende que na Secretaria de Infraestrutura de Obras esta vigorando uma desordem que deve ser sanada, pois o Secretário Municipal não possui controle mínimo sobre os seus subordinados, os quais preenchem a própria folha ponto e decidem quando vão para o interior acampar ou não, independente da necessidade de serviço, ou, ainda, de uma organização escalada de serviço que proporcione desoneração do gasto público e maior aproveitamento dos servidores.

*laio's*  


Posto isso, sugerimos o seguinte:

\*Abertura de Processo Administrativo em face da chefia da Secretaria de Infraestrutura Rural no ano de 2017, a fim de que seja apurada a existência de irregularidades, nos termos dos arts. 169 e 170 da Lei 2239; possibilitando o contraditório e a ampla defesa, tendo em vista fato certo, qual seja o recebimento das diárias D1 e D2 pelos servidores municipais, bem como a necessidade e o controle de serviço no interior no Município;

\* Seja solicitada realização de Auditoria pelo órgão de Controle Interno, considerando as diárias recebidas pelos funcionários da Secretaria de Infraestrutura no desempenho de funções no interior, a fim de que seja verificada a necessidade, a justificativa, a legalidade e a regularidade no recebimento.

Por fim, ainda que não tenha sido objeto da denúncia, esta Comissão observou que o servidor Marcelo Maesko passou boa parte do ano de 2017 em desvio de função, já que ocupa o cargo de motorista e teve a sua carteira suspensa por um ano, ocasião em que ficou "ajudando" na Secretaria de Infraestrutura Rural, conforme depoimento do secretário na fl. 8.

Diante da notícia de desvio de função e do fato de não ter sido encontrada qualquer notícia sobre medida administrativa tomada em face da suspensão da carteira de motorista do servidor Marcelo Mesko, não resta outra alternativa a não ser a abertura de processo administrativo para apuração do desvio de função.

**Posto isso, em síntese e como decisão final , sugerimos:**

1)Abertura de Processo Administrativo em face da chefia da Secretaria de Infraestrutura Rural no ano de 2017, a fim de que seja apurada a existência de irregularidades, nos termos dos arts. 169 e 170 da Lei 2239; possibilitando o contraditório e a ampla defesa, tendo em vista fato certo, qual seja o recebimento das diárias D1 e D2 pelos servidores municipais, bem como a necessidade e o controle de serviço no interior no Município;

*Ass: 6*  






2) Seja solicitada realização de Auditoria pelo órgão de Controle Interno, considerando as diárias recebidas pelos funcionários da Secretaria de Infraestrutura no desempenho de funções no interior, a fim de que seja verificada a necessidade, a justificativa, a legalidade e a regularidade no recebimento.

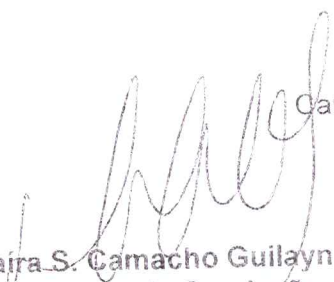
3) Abertura de Processo Administrativo em face do servidor Marcelo Mesko para apurar hipótese de desvio de função em 2016 e 2017.


Acreditando ter cumprido o que nos foi determinado, colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para maiores esclarecimentos se assim entender necessário.

Este é o parecer.

Ao Sr. Prefeito Municipal para decisão.

Canguçu, 31 de janeiro de 2018

  
Maíra S. Camacho Guilayn  
Presidente da Comissão

  
Carem Eluza Braga Quintana  
Secretária da Comissão

  
KAUANE PEDROSO  
Membro da Comissão

 de Almeida  
02/02/18

Page 7  
